

▄ Todo dia eles cumpriam a rotina. Às 5h estavam de pé e o destino era o mar e depois o Rio Doce. Só depois das 16h voltavam para casa e iam jantar, ver um pouco de TV, ir a igreja ou fazer qualquer outra atividade. Assim eram os dias de Rosa Alves, 40, e do marido, Advaldo Alves, 43, parecidos com o cotidiano de milhares de outros pescadores ao longo do Rio Doce. Até que, há exatamente um ano, uma barragem se rompeu a 650 km dali e mudou completamente a vida de todos que estavam à beira dele e na sua foz. A margem do rio que antes vibrava com o barulho dos trabalhadores que dele viviam e das famílias que se divertiam nele, hoje não tem mais trilha sonora, só um triste silêncio.

Na tarde de 5 de novembro de 2015, 32 milhões de metros cúbicos de uma lama de rejeitos de minério (dados da Samarco) escoaram pelos vales de Mariana (MG), destruíram os distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, mataram 19 pessoas e caíram no Rio Gualaxo do Norte, depois no Rio do Carmo, chegando ao Rio Doce, a quinta maior bacia do país. Dezesesseis dias depois, desaguaram no mar em Regência, Linhares, Norte do Estado. E, desde então, Rosa e Advaldo, que moram em Povoação, no litoral da mesma cidade, passaram a viver uma grande interrogação.

“De repente você é embargado de fazer tudo”, diz Rosa. Eles não podem mais pescar, não podem mais tomar banho no rio e nem no mar. Perderam o sustento, a alimentação à base de peixe e o lazer para a lama laranja que saiu da barragem de Fundão, que fazia parte do complexo de reservatórios de rejeitos da Samarco em Mariana.

Agora amargam uma aposentadoria forçada da pesca, sem saber se um dia a vida será como antes, e recebem o auxílio da Samarco de um salário mínimo, 20% por dependente e uma cesta básica.

A história de Rosa e Advaldo se repete entre ribeirinhos do Doce no Espírito Santo. Um ano depois e a reclamação é a de que a Samarco ainda peca com a falta de informação aos principais interessados sobre o desastre: as comunidades atingidas. Não só entre pescadores, mas entre agricultores, comerciantes e todos que de alguma forma viviam do rio, há diversas reclamações sobre a empresa.

E não é para menos. Eles arrastam o mesmo pesado fardo de



# O silêncio do rio

Maior tragédia ambiental do país completa um ano; afetados ainda não conseguem retomar a vida

Carla Sá [carla.sa@redegazeta.com.br](mailto:carla.sa@redegazeta.com.br)

Raquel Lopes [rflopes@redegazeta.com.br](mailto:rflopes@redegazeta.com.br)

**05/11/2015**

▼ **Rompimento da barragem**

Barragem de rejeitos de minério da Samarco, em Mariana (MG), rompeu-se em 5 de novembro de 2015. Os distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo foram varridos pela lama. Dezenove pessoas morreram.



**06/11/2015**

▼ **Lama rumo ao Espírito Santo**

O mar de lama ganhou o Rio Doce e, no dia seguinte ao rompimento, o Serviço Geológico do Brasil alertou que ela avançava para o Espírito Santo, atingindo os municípios de Baixo Guandu, Colatina e Linhares.



**09/11/2015**

▼ **Distribuição de água**

Com a notícia de que os rejeitos chegariam ao Estado, o lema intimou a Samarco a distribuir água para o consumo humano e para dessedentação animal nas cidades do Espírito Santo que seriam afetadas.



## Entrar na água nunca mais

Miriam Nascimento, 33 anos, moradora de Regência, em Linhares, esperou seis meses até receber o auxílio da Samarco. Agora ela e o marido, ambos pescadores, cuidam de três filhos com R\$ 1 mil a menos na renda mensal. Ela conta que viveu dias de angústia e choro com a chegada da lama de rejeitos de minério à foz, um ano atrás. Antes, o lazer da família nos momentos de folga era tomar banho no Rio Doce e ir à praia. Agora, Miriam não tem mais coragem nem de colocar os pés na água. “Nunca mais entrei no rio e no mar depois do desastre.”  
FOTO: Edson Chagas

32

**milhões de metros cúbicos de rejeitos**

entre partículas de minério de ferro, sílica e outros foram despejados de Fundão e percorreram o Rio Doce, segundo a Samarco. 80% dessa lama ainda está parada entre a barragem em Mariana e a Usina Risoleta Neves (Candonga), na Zona da Mata (MG)

incertezas há um ano: poderão voltar a pescar? O peixe está contaminado? A água bruta ficou tóxica? Quanto tempo o rio vai demorar para se recuperar? Até quando receberão o auxílio?

Essas questões foram feitas várias vezes quando A GAZETA percorreu Baixo Guandu, Colatina e Linhares, municípios banhados pelo Doce no Estado, assim que o desastre completou um mês, seis meses após e continuam valendo agora, depois de um ano. A reportagem fez novamente o trajeto e ouviu as mesmas incertezas.

Enquanto ninguém esclarece a situação para essas pessoas, os boatos – mais diversos – dão conta das dúvidas. E o que sobra é tristeza. “Começo a mexer nas redes e dá vontade de ir para o rio”, comenta Irineu Rodrigues, 60, morador de Mascarenhas, Baixo Guandu. Ele pescava desde os 12 anos, mas hoje vive com o auxílio da Samarco.

19

**morreram** na avalanche de lama, em Mariana. Quinze deles eram funcionários da Samarco

1.000

**DESABRIGADOS**

Eles são moradores de dois distritos de Mariana (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo), ambos destruídos pela lama



## Ausência e reclamação

Rosa, 40, e Advaldo Alves, 43, estão vivendo com o subsídio da Samarco, mas reclamam que a empresa “tem se mantido distante”. “Eu não pedi para ficar nas costas de ninguém. A empresa tem por obrigação devolver o que é nosso”, protesta a pescadora.

Sobra também desconfiança. Em Colatina, cidade que é abastecida com água do Rio Doce, a população ainda tem bem vívida na memória a lembrança da água laranja e viscosa do rio.

“Ninguém tem coragem de tomar. Desde que aconteceu, a gente não bebe água da torneira”, diz o mecânico Sebastião Nascimento, 52.

**LIMPEZA APARENTE**

Agora, o Rio Doce parece quase cristalino, e o tratamento da água é feito sem coagulantes, utilizados pelo menos até seis meses atrás. Se na época do desastre ele bateu quase 600.000 NTU (unidade de turbidez), nos últimos tempos esse número chegou a 7.

Mas a lama está escondida nas profundezas dele. Basta uma mexida no fundo para que a viscosa substância laranja surja como uma serpentina – que demora a se misturar com a água.

Se chover, outros milhões de metros cúbicos de lama que ainda estão na estrutura do complexo de barragens ou pela calha do rio vão descer e o pesadelo de novembro de 2015 pode voltar a assombrar.

Um ano inteiro depois, o que existe, não para acabar, mas para minimizar o problema, é um plano de emergência. A Samarco e a Fundação Renova têm trabalhado com a construção de diques na saída das barragens e preparado as Estações de Tratamento de Água (ETAs) das cidades ao longo do Doce.

Outra ação que somente agora está sendo vista é a criação de canais de diálogo com os afetados: escritórios nas cidades, postos de atendimentos e um 0800.

A Renova, inclusive, foi criada após acordo firmado pelas empresas Samarco, Vale e BHP, governo federal, de Minas Gerais e do Espírito Santo. O documento prevê que as empresas invistam R\$ 20

bilhões para a recuperação ambiental do rio e socioeconômica dos atingidos. Mas o acordo foi anulado pela segunda instância da Justiça Federal, a pedido do Ministério Público Federal (MPF).

O MPF também denunciou 21 funcionários da Samarco e de suas controladoras, Vale e BHP Billiton, por homicídio por dolo eventual (quando se assume o risco de matar). A procuradoria denunciou ainda um engenheiro da consultoria da VogBR por laudo falso. Já a Polícia Federal indiciou oito por crimes ambientais e dolo ao patrimônio histórico e cultural.

Até agora, ninguém foi preso. Nenhuma indenização que pedem as milhares de ações judiciais foram pagas. O maior desastre ambiental do país continua sem punidos. A não ser Rosa, Advaldo, Irineu, Sebastião, as famílias dos mortos, os desabrigados de Mariana e todos que (sobre)viviam da bacia do Rio Doce.



**17/11/2015**

▼ **Espera na ponte**

A enxurrada de rejeitos de minério chegou a Baixo Guandu. A população da cidade aguardou em uma ponte sobre o Rio Doce para ver a lama de cor laranja passando.



**18/11/2015**

▼ **Abastecimento suspenso**

Com a turbidez do rio muito alta, Colatina suspendeu o abastecimento de água, como aconteceu em cidades mineiras. Mais de 100 homens do Exército montaram uma base e passaram a cuidar da distribuição de água.

“Meu coração ainda está em Regência, mas estamos tentando o plano B do lado de cá”, diz o surfista Robson Barros, o Pontinha, 47. Há quatro meses ele deixou a vila em Linhares, onde trabalhava com surfe e turismo, para viver em Vila Velha. Sem dinheiro, teve a água e a luz cortada. Com a imagem do paraíso dos surfistas manchada de lama, seu negócio acabou.

Assim como aconteceu com Pontinha, sua mulher e seu filho, de 4 anos, ficou impossível continuar em Regência para outras famílias. “Pelo menos umas 20 foram embora”, diz a técnica de enfermagem e professora Luciana Souza, 43, situação confirmada pela Associação de Moradores de Regência.

“Estou me agarrando no meu filho, na fé. Começar tudo de novo após 15 anos não é fácil. Mas não tinha condição de viver de doação de água e comida”, lamenta Pontinha. Ele explica que há pousadas e negócios que persistem na comunidade porque há quem não sobreviva totalmente daquela renda - o que era seu caso. Mas para quem dependia ficou impraticável. Regência era movida a turismo e deixou de ser o destino de muita gente.

Com os estragos causados pela lama, a tristeza por ver o Rio Doce e o mar maculados e a impossibilidade de exercer suas atividades, a vontade de ir embora, recomeçar, é compartilhada por outras pessoas ao longo das margens da baía. O pescador Luciano Batista, 51, só não foi embora de Mascarenhas, Baixo Guandu, porque a casa é própria - herança da mãe. “Minha vontade era sair daqui, mas é difícil bancar uma casa lá fora. Um aluguel é muito caro”.

Vivendo de pequenos trabalhos e do auxílio da Samarco, que também sustenta as duas filhas e a esposa, ele destaca outro problema: arranjar trabalho. “Com essa crise é difícil conseguir emprego”, comenta.

Há ainda mais um drama. “Queremos vender o imóvel para ir embora. Mas como vende se ninguém quer?”, questiona o comerciante José Antônio dos Santos, 58. Ele é dono de um bar à beira da praia de Povoação, Linhares, hoje deserta, mas quer ir embora com a mulher, Luciene Leão, 55, para a Bahia. Um dos filhos deles já mora lá.

Tratando as sequelas de um câncer na garganta, ele e a mulher agora sobrevivem da ajuda dos filhos, que enviam cesta básica, e do auxílio doença a que o comerciante tem direito. Os dois não conseguiram

# Famílias dão adeus a vilas

## Só em Regência, Linhares, 20 famílias deixaram suas casas após perderem a fonte de renda

EDSON CHAGAS



Sem movimento no bar que mantém na praia de Povoação, José Antônio quer ir embora para tentar uma nova vida na Bahia



“  
Minha vontade era sair daqui, mas é difícil bancar uma casa lá fora. Um aluguel é muito caro”

**LUCIANO BATISTA**  
PESCADOR, 51 ANOS  
Morador de Baixo Guandu

ram o cartão para receber o subsídio da Samarco. Com a renda prejudicada, as dívidas se acumulam. “O banco me liga todos os dias para cobrar. Tem hora que dá vontade de chorar”, desabafa a mulher.

### FRAUDE

Se José Antônio e Luciene, que viviam da pesca e depois do comércio, não conseguiram o auxílio, os ribeirinhos denunciavam que forasteiros migraram para as regiões afetadas para receber o subsídio.

A Samarco e a Renova, que agora dá conta do atendimento socioeconômico, sabem da existência das fraudes. “Inicialmente se fez um cadastro emergen-

cial. Nos últimos meses desenvolvemos outro com ajuda do Ministério do Desenvolvimento e do Cadastro Único nacional. Uma entrevista de três horas para tentar quantificar o impacto”, diz o gerente executivo dos programas socioeconômicos da Renova, José Luiz Santiago.

Hoje, cerca de 3.500 afetados no Espírito Santo recebem o auxílio. Com esse novo cadastro, que tem mais de 5 mil famílias e está em fase de aplicação, a expectativa é que a identificação seja mais apurada, tanto com relação a quem ainda não recebe quanto a quem não foi afetado mas aproveitou o ensejo para ter o subsídio.

### 19/11/2015

#### ▼ Confusão na entrega de água

Sem água tratada nas torneiras, o caos foi instalado em Colatina. Aconteceram brigas e confusão na distribuição de água mineral pela Samarco, com os moradores subindo nos caminhões. O Exército teve que organizar.



### 21/11/2015

#### ▼ Boias de proteção

Na tentativa de conter a entrada da lama no estuário e no mangue na foz do Rio Doce, em Regência, Linhares, a Samarco instalou nas margens da vegetação boias usadas em derramamento de óleo.

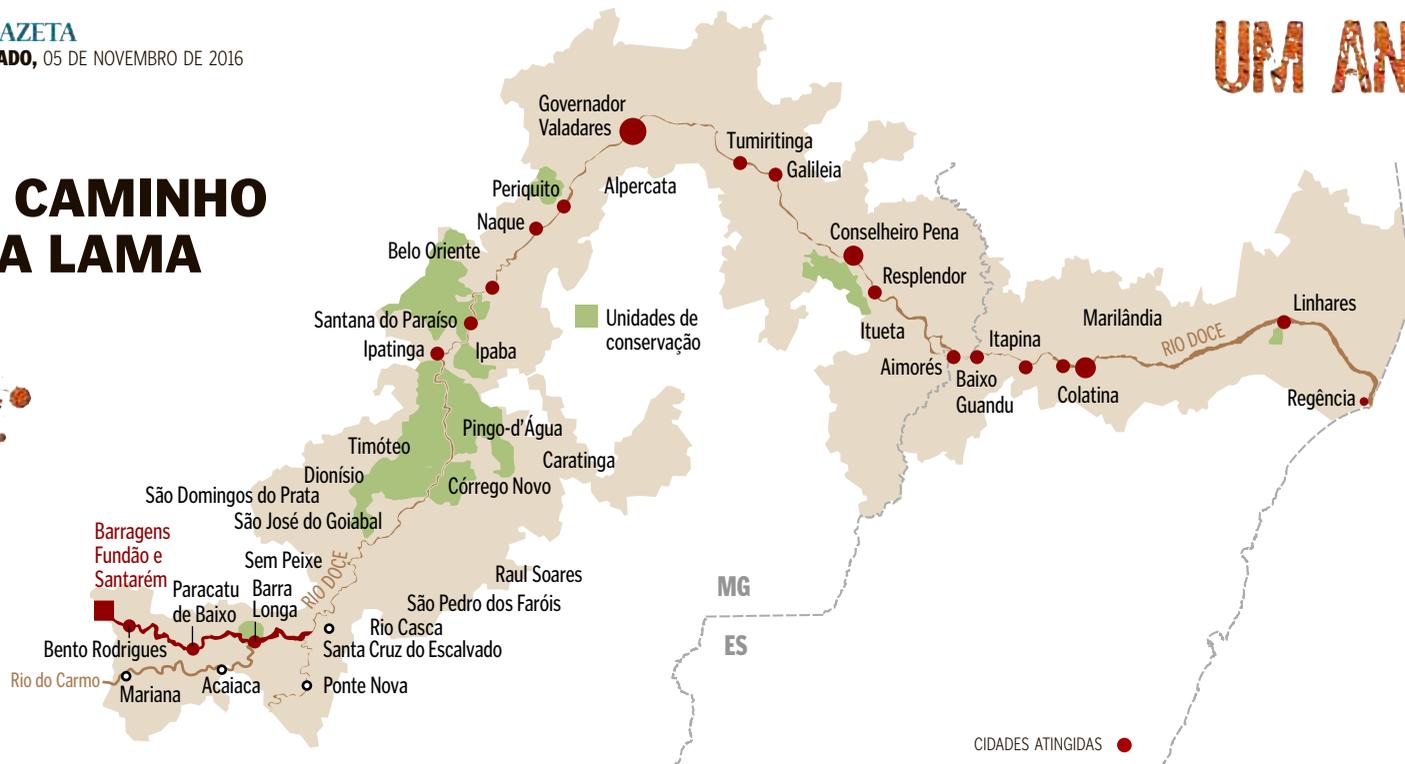
### 21/11/2015

#### ▼ Mancha de lama no mar

Dezesseis dias após o estouro da barragem, a lama de rejeitos de minério chegou ao mar pela foz do Doce, em Regência. A mancha na época chegou a se estender por uma área de mais de 6 mil quilômetros quadrados no litoral.



## O CAMINHO DA LAMA



650 km

### DISTÂNCIA PERCORRIDA

A lama avançou de Fundão, em Mariana (MG), até chegar à foz do Rio Doce, em Regência (ES)

16 dias

É o tempo que a lama levou para chegar até a foz do Rio Doce, em Regência, atingindo o mar

# 35 mil ações na Justiça

## No Tribunal de Justiça do Espírito Santo, são 17.950 processos

« A revolta das comunidades atingidas pela lama de rejeitos da Samarco resultou numa avalanche de ações em Minas Gerais e no Espírito Santo. Em um ano são mais de 35 mil processos por danos morais e materiais.

Só no Tribunal de Justiça do Espírito Santo são 17.950 ações, e os processos tramitam nos Juizados Especiais Cíveis das comarcas de Colatina (17.522), Linhares (402) e Baixo Guandu (26). Por enquanto, todos estão suspensos até a uniformização das decisões acerca do tema.

Enquanto os casos não são julgados, famílias contabilizam prejuízos. O casal José Correa dos Santos, 77, e Cordolina Fernandes dos Santos, 73, morador de Colatina, entrou na Justiça por danos morais. Eles afirmam que antes não precisavam comprar água e que após a tragédia tiveram inclusive dificuldade de entrar na fila da água por causa da idade. “Eu ainda não confio na água e passei a comprar. Um galão de 20 litros dá para dois dias”, disse José.

Já na Justiça de Minas tramitam outros cerca de 18 mil processos. A maioria está concentrado

em Governador Valadares, aproximadamente 12 mil. Segundo a juíza auxiliar da Presidência do Tribunal, Luzia Peixoto, ainda não houve decisão. No entanto, ações coletivas e acordos estão sendo feitos para que o número de processos não aumente. “Em Mariana foram feitos acordos com 97 pessoas”, afirma a magistrada.

A Fundação Renova criou o Programa de Indenização Mediada (PIM) que irá indenizar afetados de Governador Valadares e Colatina. Uma das condições de quem aceitar a indenização é retirar a

ação da Justiça, o que pode resultar na diminuição de processos.

### DANOS AMBIENTAIS

A tragédia da lama ainda resultou em uma enxurrada de multas por causa dos danos ambientais. O Ibama e órgãos ambientais de Minas e Espírito Santo já aplicaram 42 multas, que somam mais de R\$ 482 milhões. As infrações variam de danos ambientais, materiais e sonegação de informações. A Samarco apresentou recurso e defesa a todos os órgãos e ainda nenhuma multa foi paga. Ontem, o Ibama aplicou mais uma multa à empresa de R\$ 500 mil ao dia.

A Samarco informou, por meio de nota, que há aspectos técnicos e jurídicos nas decisões que precisam ser reavaliados, por isso aguarda a decisão administrativa das defesas já apresentadas. Declarou ainda que “está exercendo seu direito legítimo e está cumprindo com suas obrigações e compromissos assumidos com a sociedade”. A Samarco informou também que já investiu aproximadamente R\$ 1 bilhão para o pagamento de ações de remediação, compensação e de indenização.

R\$ 155 bi

É a quantia que o Ministério Público Federal (MPF) pede em reparação aos danos causados pelo rompimento da barragem. O MPF considera que **o acordo de cerca de R\$ 20 bilhões**, feito anteriormente e que teve a homologação anulada, não contempla os efeitos e o tamanho da tragédia.



RAQUEL LOPES

O casal José Correa e Cordolina Fernandes entrou na Justiça

## 21 denunciados por homicídio

« O Ministério Público Federal, por meio de uma força-tarefa, denunciou à Justiça 22 pessoas e quatro empresas por crimes que resultaram no rompimento da barragem de Fundão.

Entre os denunciados estão o presidente afastado da Samarco, Ricardo Vescovi de Aragão; o diretor de Operações e Infraestrutura, Kleber Luiz de Mendonça Terra; três gerentes operacionais da empresa; 11 integrantes do Conselho de Administração da Samarco; e cinco representantes das empresas Vale e BHP Billiton na Governança da Samarco.

Para 21 pessoas, a acusação é

de homicídio doloso. Além disso, eles estão sendo acusados pelos crimes de inundação, desabamento e lesões corporais graves. A VogBR e o seu engenheiro sênior, Samuel Santana Paes Loures, são acusados por apresentação de laudo ambiental falso.

A Samarco informou que repudia a denúncia apresentada. Assinala que optaram por desprezar as inúmeras provas apresentadas, os depoimentos prestados em quase um ano de investigação que evidenciaram a inexistência de conhecimento prévio de riscos reais à barragem pela Vale por seus executivos e empregados.

### JUNHO DE 2016

#### ▼ Acordo questionado

A 1ª instância da Justiça Federal homologou acordo entre a Samarco, Vale e BHP e governos para a criação de um fundo de R\$ 20 bilhões de recuperação do rio. Em julho, o STJ suspendeu o acordo. Em agosto, o TRF1 anulou.



### 09/06 E 20/10 DE 2016

#### ▼ Indiciados e denunciados

Em junho, a PF indiciou oito pessoas entre funcionários da Samarco, da Vale e da VogBR. Mês passado, o MPF denunciou 22 das mesmas empresas - entre eles, o então presidente da Samarco, Ricardo Vescovi.



# ONU: medidas são insuficientes

Organização diz que ações de empresas e governos não correspondem à dimensão do desastre

Um ano após a tragédia de Mariana, a ONU divulgou ontem um comunicado afirmando que as medidas tomadas por autoridades e empresas envolvidas “não correspondem à dimensão do desastre e às consequências socioambientais, econômicas e de saúde”. O comunicado destaca que cerca de 6 milhões de pessoas foram afetadas pela tragédia e continuam sofrendo.

“Acreditamos que seus direitos humanos não estão sendo protegidos, incluindo os impactos nas comunidades indígenas e tradicionais, problemas de saúde nas comunidades ribeirinhas, o risco de contaminações dos cursos de água ainda não recuperados, o avanço lento dos reassentamentos e da remediação legal para toda a população deslocada, e relatos de que defensores dos direitos humanos estejam sendo perseguidos por ação penal”, aponta o órgão.

Para os representantes da ONU, os esforços das empresas Samarco, Vale e BHP Billiton para deter os vazamentos de lama foram insuficientes e ressaltam que este é o momento de “redobrar todos os esforços”.

Além disso, os especialistas afirmam que o governo ainda não providenciou provas de que a qualidade da água dos rios da região é suficiente para o consumo humano. O relatório aponta o receio de que mais rejeitos possam atingir regiões quando a temporada chuvosa iniciar, daqui a algumas semanas.

A Samarco diz que “tem feito esforços para reparar e remediar os danos causados”, como ações de segurança das estruturas remanescentes das barragens, ampliação da capacidade de armazenamento de rejeitos, contenção e controle de áreas impactadas ao longo dos rios, avaliação de riscos e recuperação dos rios. (G1 e agências)



**MILHÕES**

Pessoas afetadas pela tragédia da lama, segundo a ONU



Quando lama chegou à hidrelétrica de Mascarenhas, em Baixo Guandu, matou peixes e camarões

## Ibama aplica mais uma multa: R\$ 500 mil por dia

Às vésperas de o rompimento da barragem de Fundão completar um ano, a mineradora Samarco foi multada pelo Ibama por não conseguir completar, a tempo, estrutura de contenção da lama que vazou do reservatório e tem caído nos afluentes do Rio Doce.

A multa é de R\$ 500 mil, por dia, enquanto a mineradora não conseguir cumprir o que prometeu em junho. As informações são da Folha de São Paulo. Ela acordou que conteria a lama que chega ao dique S3, o terceiro de quatro planejados pela mineradora, até o dia 1º de setembro – o que não aconteceu.

Também não conseguiu finalizar o alteamento do dique confor-

me o planejado. A obra, que ainda não está pronta, deveria ter sido entregue até o dia 15 de setembro, antes do período chuvoso.

O Ibama ainda multou a Samarco em mais R\$ 151 mil por, segundo o instituto, não ter apresentado “com documentos, de forma clara e objetiva (...) medidas emergenciais que assegurem que os rejeitos ainda existentes na barragem de Fundão e dispostos entre essa e o Dique S3, sejam realmente contidos na área do complexo da Samarco”.

Em um terceiro auto de infração, a Samarco ainda foi multada em mais R\$ 200 mil por não apresentar medidas de controle de erosão com metodologia e cronograma a ser adotado em

cada área que deve ser recuperada entre Fundão e a hidrelétrica de Candonga, a 100 km de distância.

### SAMARCO

Procurada, a Samarco (cujas donas são a Vale e a BHP Billiton) confirmou o recebimento da notificação e diz que estuda medidas cabíveis.

A mineradora diz que “no momento passa por obras de alteamento para ampliar em 800 mil metros cúbicos a sua capacidade (...) para 2,9 milhões de metros cúbicos”. Ela também afirma que constrói um quarto dique e a barragem Nova Santarém, prevista para ser concluída até o final de dezembro.

## Proposta de dar R\$ 880 de indenização

Começou ontem em Colatina o Programa de Indenização Mediada (PIM) realizado pela Fundação Renova. O objetivo é ressarcir quem se sentir impactado pelo rompimento da barragem de Fundão, em Minas, que jorrou lama em todo o Rio Doce. O valor da indenização será de R\$ 880.

O PIM é aberto a pessoas, famílias, micro e pequenas empresas que tenham sofrido perdas materiais ou referentes às suas atividades econômicas, em consequência direta e imediata do rompimento. Os interessados que tenham ações judiciais podem aderir ao PIM, mas devem extinguir o processo. Todos os moradores de Colatina, mesmo os que não processaram a Samarco, têm direito à indenização.

### GOVERNADOR

Um dia após reunião em Brasília com o presidente Michel Temer, empresas e entes envolvidos na recuperação provocada pelo desastre, o governador Paulo Hartung afirmou que as ações de contingência estão bem coordenadas.

“A gente saiu de lá com ação bem coordenada para conviver com as chuvas de primavera-verão que normalmente vêm e suas consequências, tendo em vista que parte do rejeito está nas margens do rio, numa hidrelétrica. Todo o sistema de alerta, sinalização, avisos está sendo bem montado”, disse.

## CONTINUA

### ▼ Leia amanhã

Conheça as vítimas invisíveis do desastre, que ainda lutam por reconhecimento.

### ▼ www.gazetaonline.com.br

Confira mais relatos de afetados pela lama e veja vídeo do distrito de Bento Rodrigues um ano após o rompimento da barragem.